

AS FINANÇAS DA CASA DA MOEDA¹

Ana Bela Nunes²

1— Âmbito temporal e objectivos

O estudo das finanças da Casa da Moeda enquadrou-se num projecto de investigação mais vasto cujo objectivo foi o de fazer a história da Casa da Moeda³. O período em análise engloba os anos que decorreram entre a aquisição, para as oficinas daquela instituição, em 1835, da primeira máquina a vapor utilizada em Portugal para fins industriais [que em conjunto com outras máquinas então igualmente introduzidas mecanizariam uma parte significativa das operações de fabrico de moeda⁴ e a fusão da Casa da Moeda com a Imprensa Nacional, realizada em 1972⁵.

Pretendemos avaliar a evolução e estrutura das receitas e despesas desta instituição do Estado, bem como o seu peso no conjunto das receitas e despesas do Estado português. Com esse fim construímos séries daquelas variáveis tão completas, homogéneas e desagregadas quanto nos foi possível, desde 1836.

2— Fontes

Como seria de prever o apuramento de valores anuais das receitas e despesas da Casa da Moeda para um período de 128 anos deparou com vários problemas que agruparíamos em três tipos fundamentais, estando os dois primeiros interligados:

¹ Este estudo foi preparado no âmbito de um projecto de investigação sobre a história da Casa da Moeda, apoiado pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda e apresentado como comunicação no 13º Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, realizado em 1992, no Porto.

² Instituto Superior de Economia e Gestão.

³ Investigação realizada no âmbito do Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão em consequência do protocolo assinado com a Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Este estudo, coordenado por Nuno Valério, deu origem a uma obra a editar pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda sob o título A Casa da Moeda 1835 – 1972, que é uma referência privilegiada para este artigo.

⁴ Decreto de 28 de Julho de 1845

⁵ Decreto-lei nº 225/72, de 4 de Julho.

- (i) Dificuldades em obter dados, mesmo globais, e impossibilidade de os encontrar desagregados para algumas rubricas que considerámos significativas em alguns períodos. Elas foram agravadas por não ter sido possível o acesso ao arquivo do Ministério das Finanças, que, durante o tempo disponível de investigação, se encontrava em trânsito ou em fase de instalação na Torre do Tombo;
- (ii) Alterações dos regulamentos que definem a apresentação da contabilidade pública⁶ e da contabilidade da Casa da Moeda, em parte como consequência daquelas;
- (iii) Morosidade excessiva (em termos de custo-benefício) da consulta sistemática dos livros do tesoureiro da Casa da Moeda, de registo mensal e de leitura extremamente difícil, para a maioria do período, devido ao facto de serem manuscritos e ao estado de esbatimento do texto.

Assim, consultámos prioritariamente as fontes impressas da contabilidade pública, que constituíram a base do apuramento dos dados quantitativos que utilizamos.

No que respeita às despesas foram levadas em consideração não apenas as realizadas no Ministério das Finanças (Ministério da Fazenda até 1910) referentes à instituição em análise mas ainda as despesas realizadas com a Casa da Moeda no âmbito do Ministério das Obras Públicas ou seu correspondente nos períodos anteriores⁷.

O cruzamento da informação destas fontes com outras, como explicaremos a seguir para alguns casos, permitiu verificar alguns resultados mais surpreendentes.

Assim, apesar do referido em i) e ii) e na nota correspondente, elas possibilitaram uma série de homogeneidade razoável e com relativamente poucas lacunas, pelo menos para os valores globais:

- a) A partir da *Conta Geral do Estado* dos respectivos anos apuraram-se as receitas e despesas para os anos de 1920-1921 a 1972;

⁶ V. a este propósito *Mata, 1985*, e *Valério, 1982*.

⁷ Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Ministério do Comércio e das Comunicações, Ministério do Comércio, Ministério do Fomento, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

- b) A partir da *Conta Geral da Administração Financeira do Estado* dos respectivos anos apuraram-se as receitas e despesas para os anos de 1884-1885⁸ a 1897-1898 e de 1906-1907 a 1919-1920;
- c) A partir do *Anuário Estatístico* de 1900 e 1903 apuraram-se as receitas e as despesas dos anos de 1897-1898 a 1898-1899⁹;
- d) A partir do *Diário do Governo* ou dos seus apêndices apuraram-se as receitas e as despesas dos anos de 1899-1900 a 1906-1907¹⁰;
- e) A partir da *Conta da Receita e Despesa do Tesouro Público* apuraram-se as receitas para os anos de 1836-1837 a 1844-1845 e 1851-1852 a 1882-1883;
- f) A partir da *Conta da Despesa e Encargos Gerais do Ministério dos Negócios da Fazenda* apuraram-se as despesas para os anos de 1835-1836 a 1880-1881 (com excepção dos anos 1846-1847, 1859-1860, 1860-1861);
- g) A partir do *Diário de Lisboa* apuraram-se as despesas para os anos de 1859-1860, 1860-1861 e 1881-1882¹¹;
- h) A partir do *Orçamento Geral do Estado* apuraram-se os valores das receitas para o período de 1844-1845 a 1849-1850 (orçamento para 1850-1851) e para o ano de 1883-1884 (orçamento para 1885-1886)¹²;
- i) A partir dos *Livros de Contas do Tesoureiro da Casa da Moeda* apuraram-se os valores das receitas do ano de 1850-1851, das despesas de 1846-1847 e 1847-1848 e ainda a parte dos complementos de salários e vencimentos (melhorias,

⁸ A *Conta Geral da Administração Financeira do Estado* começou a ser publicada em 1883-1884, mas não nos foi possível consultar o volume correspondente a este ano.

⁹ Trata-se de contas provisórias, que não devem, entretanto, afastar-se significativamente de resultados definitivos (v. a este propósito *Mata, 1985*)

¹⁰ Cabem aqui considerações análogas às da nota anterior

¹¹ Trata-se de contas provisórias, que não devem, entretanto, afastar-se significativamente de resultados definitivos (v. a este propósito *Mata, 1985*)

¹² Trata-se de valores colhidos em notas ou anexos contendo retrospectivas que permitem confrontar os dados com valores obtidos em outras fontes mencionadas. Também se podem obter nos orçamentos para 1907-1908 a 1910-1911 valores das receitas das contrastarias para alguns anos imediatamente anteriores a 1907-1908, ano de início da sua orçamentalização na contabilidade pública como Repartição da Administração da Casa da Moeda e Papel Selado, de acordo com a Lei de 20 de Março de 1907.

subvenções, ajudas de custo de vida) pagos aos funcionários da Casa da Moeda, Papel Selado e Contrastarias entre 1919-1920 e 1928-1929 que não é possível avaliar nas Contas Gerais do Estado daqueles anos¹³. A partir desta fonte verificámos ainda valores apurados noutras fontes, incluindo a confirmação da inexistência, por vezes inesperada, de qualquer tipo de receita, e detectámos a estrutura-tipo das receitas contabilizadas pelos serviços da Casa da Moeda ao longo de alguns períodos.

3 — As receitas

Convém desde já adiantar algumas observações de carácter geral sugeridas pela observação dos quadros dos anexos A.1 e A.2 antes de tentarmos analisar e justificar a evolução das receitas da Casa da Moeda (Papel Selado e Contrastarias) de forma mais detalhada.

As séries que constam dos quadros dos referidos anexos correspondem ao valor global das receitas e à sua decomposição no que considerámos ser, face à disponibilidade dos dados, a estrutura mais significativa: receitas de amoedação, receitas das contrastarias, receitas diversas.

Ora, apenas a partir de 1907-1908 é possível apresentar esta decomposição anualmente. Até então, só para curtíssimos períodos (1858-1859/1859-1860 e de 1890-1891 a 1896-1897) conhecemos a parte das receitas que tem a ver com a amoedação e a que tem a ver com outras actividades. Quanto às receitas das contrastarias, apenas foram incluídas nas contas do Estado a partir de 1907--1908, em consequência do disposto na Carta de Lei de 20 de Março de 1907¹⁴.

¹³ Para fazer face ao aumento de custo de vida provocado pela inflação no período da guerra e no período do pós-guerra o Estado pagou aos seus funcionários complementos de salários, no período referido. O montante global, não desagregado por serviços, aparece anualmente nas despesas extraordinárias dos vários ministérios.

¹⁴ A Carta de Lei de 20 de Março de 1907 estipulou o princípio de que todas as receitas e despesas do Estado passassem a ser orçamentadas. Assim, os serviços das contrastarias que tinham ficado sob a alçada da Administração-Geral da Casa da Moeda e papel Selado pelo disposto na Carta de Lei de 27 de Julho de 1882, mas cujas receitas e despesas continuavam a ser escrituradas separadamente das da casa das Moeda, só foram integrados financeiramente na Casa da Moeda em 1907-1908.

Outra observação que ressalta são as grandes flutuações, muitas vezes anuais, que se verificam ao longo de todo o período, claramente associadas, em alguns anos, sobretudo às receitas de amoedação. Deste facto resulta a impossibilidade de detectar períodos caracterizáveis por estruturas distintas. A deflacionação dos valores (v. o quadro A.2) ajudará a interpretar o comportamento das séries nalguns períodos, mas não atenua significativamente a irregularidade que elas denotam.

Vejamos com mais pormenor a evolução das receitas por períodos e por tipo:

i) Entre 1836-1837 e 1907-1908 os valores anuais são em geral baixos:

- a) Em 21 anos as receitas da Casa da Moeda são nulas;
- b) Em 32 anos as receitas têm montante inferior a 10 contos;
- c) Existem apenas dois períodos de valores continuamente superiores a 10 contos - os oito anos que mediam entre 1845--1846 e 1852-1853 (média de 22,4 contos) e os cinco anos que mediam entre 1855-1856 e 1859-1860 (média 58,5 contos);
- d) Encontram-se ainda mais alguns anos isolados em que o valor das receitas é superior a 10 contos: 1871-1872, 1875-1876, 1892-1893, 1895-1896 e 1898-1899.

A justificação desta evolução não é simples, uma vez que se desconhece, para a maioria dos anos, a composição da variável em análise. Contudo, pela análise do livro de contas do tesoureiro por amostragem para alguns anos, pelo montante dos poucos valores parciais que apurámos e por informação qualitativa disponível¹⁵ é possível adiantar mais algumas observações.

Nos anos em que os valores são de pequeno montante, inferior a 10 contos, as receitas apuradas dirão sobretudo respeito ao que definimos como receitas diversas, que no período em consideração seriam basicamente provenientes da venda de escovilha e de aparas de papel, do rendimento obtido na compra de moeda antiga de prata a particulares e da prestação de alguns serviços (caso da emissão de notas para o Banco Nacional Ultramarino), embora as receitas de amoedação provenientes das taxas de senhoriagem cobradas em apenas algumas fases do período de vigência do

¹⁵ V. Bastien, 1992, Sousa, 1991, e Valério, 1992.

bimetralismo e do padrão-ouro¹⁶ e da cunhagem e recunhagem de novas moedas de prata e cobre surjam por vezes igualmente entre as receitas nestes anos.

Note-se que não constituíam receitas da Casa da Moeda quaisquer receitas provenientes da oficina do selo (pelo que o salto que registámos nas receitas em 1845-1846 não se deve à integração, na Casa da Moeda, da Repartição do Papel Selado então ocorrida). Tais receitas aparecem registadas como imposto do selo (no caso das estampilhas fiscais) ou como receitas da Administração-Geral dos Correios e Telégrafos (no caso das estampilhas postais). Também as encomendas de títulos da dívida pública pelo Ministério da Fazenda não davam origem ao registo de qualquer receita para a Casa da Moeda.

Os anos e fases de valores mais elevados estão sobretudo ligados a receitas de amoedação (diferença entre os valores real e nominal ou facial das moedas), isto é, a períodos de emissões monetárias mais importantes ligadas a alterações do regime monetário. É o caso, por exemplo, dos últimos anos da década de 1840, nomeadamente 1847-1848 (novas moedas de cobre) e do período 1855-1856 a 1859-1860 (novas moedas de prata em consequência da adopção do padrão-ouro em 1854). Os valores dos anos de 1871-1872 e de 1875-1876 que se destacam num amplo período de valores relativamente baixos são de justificação difícil, sendo possível que se trate de um enviesamento contabilístico, por concentração do registo dos lucros com amoedação naqueles dois anos, prática muito comum, como adiante se referirá, com o Estado Novo. O destaque dos anos de 1892-1893 e de 1895-1896 deve--se à actividade de amoedação de prata resultante do abandono do padrão--ouro em 1891. O ano de 1898-1899 foi o da emissão da moeda de prata comemorativa do IV Centenário da Descoberta da Índia.

ii) Após 1907-1908, os valores sobem bastante:

¹⁶ O bimetralismo vigorou de 1835 (Lei de 24 de Julho) a 1854 e o padrão-ouro de 1854 (Lei de 29 de Julho) a 1891 (Decreto de 9 de Julho).

- a) Em primeiro lugar, após a integração das Contrastarias do ponto de vista financeiro, as receitas nunca mais serão inferiores a um nível da ordem dos 50 contos do início do século XX;
- b) Em segundo lugar, verificam-se aumentos significativos do valor nominal das receitas nos períodos de inflação: entre 1916-1917 e 1923-1924 como consequência da inflação ocorrida durante a Primeira Guerra Mundial e no imediato pós-guerra; entre 1942 e 1948 como consequência da inflação ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial; e a partir de meados da década de 1960 como consequência do processo inflacionista que ainda hoje decorre.

Continuam as receitas de amoedação a ser as grandes responsáveis pelas marcadas flutuações e saltos, mais ou menos esporádicos e muitas vezes aparentemente aleatórios. Efectivamente, a contabilização das receitas de amoedação, pelo menos com a ditadura militar e o Estado Novo, deve ter sido função das necessidades de apresentação de saldos positivos, ou apenas moderadamente negativos, nas contas públicas; daí a sua concentração em alguns anos, nomeadamente no período quase contínuo de implantação dos novos regimes, concretamente entre 1928-1929 e 1937 (com excepção do anos de 1931-1932), nos anos de 1944 e 1945, 1963 e 1964, 1969, 1970 e 1971. Destaque ainda para os anos de 1915-1916 e 1916-1917, cuja importância em termos financeiros, sobretudo no que respeita ao segundo, não corresponde aos anos de maiores emissões monetárias da década (1917 a 1920)¹⁷, podendo estar incluídos nos valores destes anos, contudo, as receitas provenientes da emissão comemorativa da Batalha de Ourique, que teve lugar em 1914-1915. Por outro lado, tal como os anos de 1944 e 1945, 1915-1916 e 1916-1917 são anos de guerra em que a massa monetária em circulação aumentou, em parte por criação de moeda junto das entidades bancárias,

¹⁷ Talvez por problemas internos graves no início da década, que deixaram até meados de 1912 praticamente inactiva a Casa da Moeda (v. *A Casa da Moeda...*), a reforma monetária de 1911, que modifica mesmo a unidade monetária (*escudo* em vez do *real*), não se terá repercutido imediatamente na alteração da circulação monetária, através da emissão de novo numerário. Quanto à renovação da

associando-se a um aumento de emissões monetárias¹⁸. Os anos das décadas de 1960 a 1970 a que fizemos referência especial coincidem com períodos de renovação de moeda metálica e consequentes emissões, acrescida, nos últimos três anos do período, por emissões de moeda comemorativa (V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral, em 1969; V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama, em 1970, e I Centenário do Nascimento do Marechal Carmona, em 1971). As receitas de amoedação registadas em 1908-1909 e no ano seguinte relacionam-se com as comemorações do I Centenário da Guerra Peninsular e do I Centenário do 1º Marquês de Pombal¹⁹.

Quanto às receitas das contrastarias, a série deflacionada (quadro A.2) realça o carácter de relativa regularidade da sua evolução e mesmo de constância do seu valor. Apenas se detecta com clareza o crescimento do valor das receitas deste serviço para cerca do dobro em 1924-1925, em consequência do disposto no Decreto nº 9 504, de 17 de Março de 1924²⁰. A subida menos acentuada detectada em 1932-1933 está relacionada com os efeitos da aprovação do regulamento das contrastarias (Decreto nº 20 740, de 11 de Janeiro de 1932), em 5 de Fevereiro de 1932. A ligeira subida, conjuntural, durante a Segunda Guerra Mundial e imediato pós-guerra (entre 1942 e 1947) terá muito provavelmente a ver com a reacção de alguns agentes económicos à inflação, nomeadamente das famílias, para reter activos sob a forma de objectos em metal precioso (facto agravado pela entrada de invisíveis no País ligada à presença de muitos refugiados). A mesma justificação pode em parte explicar a subida de 1964-1965 e de 1970-1971, a que se pode acrescentar a subida do nível de vida.

A evolução das receitas diversas, mesmo analisada a partir da série deflacionada, revela grandes flutuações difíceis de explicar, sobretudo por serem muitas vezes anuais. Fixemo-nos por isso nas grandes alterações de

moeda iniciada em 1925-1926, após a estabilização monetária de 1923-1924, o seu registo contabilístico no que respeita aos seus reflexos nas receitas da Casa da Moeda só aparece a partir de 1928-1929.

¹⁸ V. a este propósito *Valério, 1982*, e *Valério, 1983*.

¹⁹ Para mais pormenores sobre emissões monetárias e em especial das comemorativas, v. *A Casa da Moeda...*

²⁰ Este decreto actualiza as receitas do serviço de contrastarias cujos emolumentos tinham sido anteriormente fixados pela Lei nº 85, de 26 de Julho de 1913, e pelo Decreto nº 3 890, de 4 de Março de 1918 (as consequências do disposto neste decreto reflectem-se na série a preços constantes que denota um crescimento nítido do nível das receitas).

grandeza, mais ou menos duradouras, reveladas mais claramente na série do quadro A.2 e aproveitemos, mais uma vez, a informação sobre a composição deste tipo de receitas que por amostragem recolhemos no livro de contas do tesoureiro.

Na década de 1930, as receitas classificáveis nesta alínea permitem detectar a causa principal para o salto no seu montante visível a partir de 1932-1933 e «preparado» desde 1927-1928. Para além da venda de aparas de papel, serviços de acondicionamento dos seus produtos, confecção de medalhas comemorativas a particulares, recarregamento de baterias, aparecem, contrariamente aos períodos anteriores, serviços prestados à administração ultramarina e a instituições como a Administração-Geral dos Correios e Telégrafos e a Cruz Vermelha, ligados, por exemplo, à venda do papel selado e estampilhas. Este facto é o resultado da alteração do estatuto dos serviços autónomos em termos de autonomia financeira, que se repercute na sua desorçamentação²¹. A subida do montante destas receitas nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, como 1948 e 1952, poderá ter a ver com aumentos e diversificação dos serviços prestados às províncias ultramarinas (execução de valores selados ou postais, gravuras de selos brancos, sinetes e gaivanos, para além da amoedação) e em outras alterações na contabilização de certas rubricas (caso do disposto no despacho de 22 de Maio de 1952).

4 — As despesas

Os quadros dos anexos B.1 e B.2 mostram a evolução do valor global das despesas e da sua decomposição no que considerámos serem as parcelas mais significativas: despesas com o pessoal, despesas em bens e serviços correntes e despesas de investimento; no primeiro caso o quadro inclui os valores a preços nominais; no segundo são apresentados os valores deflacionados. Considerámos ainda a possibilidade de avaliar as despesas das contrastarias por oposição às outras despesas; nas duas últimas colunas, em ambos os quadros, estão os valores destas duas rubricas.

²¹ V. Valério, 1982.

Apenas a partir de 1908-1909, um ano depois do que acontece para as receitas²², é possível apresentar a decomposição anual das despesas nos três tipos que referimos primeiro; até lá, só conhecemos o valor global. Quanto às despesas com as contrastarias, apenas dispomos de valores para o período de 1908-1909 até 1919-1920 e para a década de 30 até 1938²³.

Também no caso das despesas se notam grandes flutuações, muitas vezes anuais, que se verificam ao longo de todo o período; a observação dos valores deflacionados (quadro B.2) ajudará a interpretar o comportamento das séries nalguns períodos, mas continuam a não atenuar significativamente a irregularidade que as séries apresentam²⁴. Vejamos, com o detalhe possível, alguns dos factores que eventualmente estarão por trás daquelas flutuações, nomeadamente das mais nítidas e que marcam a passagem para níveis de alguma permanência.

i) Entre 1835-1836 e 1906-1907 o valor anual das despesas é relativamente baixo, desconhecendo-se, como referimos, a sua decomposição. Nele chamaríamos apenas a atenção para os «degraus» detectados em 1845-1846, em 1881-1882 e em 1906-1907. O comportamento da série a partir do primeiro daqueles anos terá eventualmente a ver com integração da Repartição do Papel Selado²⁵ e com o aumento das despesas de amoedação nos anos seguintes (particularmente, como já referimos a propósito das receitas, em 1847, em 1851 e nos finais da década de 1850). No caso de 1881-1882 e 1882-1883, o aumento das despesas terá a ver com a aquisição de máquinas, concretamente de prensas, e com obras de remodelação do edifício; a grande

²² A Lei de 20 de Março de 1907 só foi aplicada às despesas das contrastarias a partir do ano económico de 1908-1909.

²³ Estas lacunas devem-se globalmente ao que referimos sobre a utilização das fontes e à prioridade dada às contas do Estado publicadas oficialmente. A inexistência dos valores referentes às contrastarias para a década de 20 deve-se ao disposto no Decreto-Lei n.º 27 223, de 21 de Novembro de 1936. Nele se manda simplificar e resumir a informação contida na Conta Geral da Administração Financeira do Estado (que passou a denominar-se Conta Geral do Estado) com o objectivo, entre outros, de normalizar a publicação das contas, que estava com um atraso de cerca de 16 anos; para mais pormenores, v. *Valério, 1982*, em particular pp. 40-42. Após 1939 a apresentação das despesas da Casa da Moeda, Valores Selados e Contrastarias na Conta Geral do Estado deixa de aparecer separada entre «serviços próprios» (ou «serviços administrativos») por um lado e «serviços de contrastaria» por outro, facto que parece coincidir no tempo com a reorganização do serviço das contrastarias imposto pelo Decreto-Lei n.º 28 902, de 28 de Agosto de 1938 (inclusão da Contrastaria de Lisboa na Casa da Moeda e extinção da Contrastaria de Gondomar, fundida com a do Porto).

²⁴ Também o alisamento das séries, com a utilização de médias móveis de nove anos, não alterou as principais conclusões para que a análise aponta.

amoedação de bronze ligada à reforma monetária legislada em 1882²⁶ também terá tido influência no aumento do valor das despesas detectado a partir daquele ano. O ano de 1906-1907 marca a integração das contrastarias na Casa da Moeda para efeitos financeiros e cremos que será sobretudo este facto o responsável pelo salto detectado a partir do ano seguinte. Contudo, mais uma vez a actividade de emissão de moeda teve o seu impacte financeiro; neste caso as emissões de prata, entre 1907-1908 e 1909-1910, terão representado despesas de cerca de 40 contos anuais em média.

Os efeitos da reforma dos serviços implementada em 1864, altura em que igualmente se levou a cabo um reequipamento parcial das oficinas (compra de mais uma máquina a vapor, entre outras) e a remodelação do edifício, não se repercute, do ponto de vista financeiro, com a nitidez dos períodos acima referidos. No entanto a reforma teve implicações directas nas despesas, nomeadamente com o pessoal, com o alargamento do quadro e com a regularização dos pagamentos aos funcionários²⁷.

ii) A partir de 1908-1909 passa a ser possível seguir a evolução dos tipos de despesa acima referidos.

As despesas de pessoal constituem a parcela cuja evolução é mais regular, aspecto que ressalta com mais nitidez na observação das séries deflacionadas. Apesar das alterações ocorridas a nível da organização dos serviços e concretamente dos quadros de pessoal, a associação entre os momentos de entrada em vigor dos regimentos, que enquadraram a vida da instituição até 1972, e a evolução destas despesas é, aparentemente, pequena²⁸. Parte importante das flutuações parecem ser de mais curto prazo ligadas à contratação de pessoal adventício para certos trabalhos específicos e pouco especializados em função dos níveis de actividade.

Mesmo assim detectam-se alguns momentos de aceleração no crescimento deste tipo de despesas não tanto ligados a alterações dispostas

²⁵ Sobre as consequências na organização dos serviços que o Decreto de 28 de Julho de 1845 induziu e os seus efeitos indirectos nas despesas (e receitas) v. *A Casa da Moeda...*

²⁶ Carta de Lei de 31 de Maio de 1882.

²⁷ Sobre promenores da reforma dos serviços de 1864 regulamentada pelo decreto de 7 de Dezembro, v. também *A Casa da Moeda...*

²⁸ Sobre o estipulado nos diferentes regimentos gerais que enquadraram a actividade da Casa da Moeda durante o período em estudo, e noutra legislação específica a certos serviços, com destaque especial para os da contrastaria, v. *A Casa da Moeda...* e ainda *Bastien, 1992*.

em legislação específica referente à Casa da Moeda mas em consequência de alterações nas remunerações do pessoal do Ministério das Finanças ou da função pública em geral. A partir do ano de 1919-1920 (Decreto nº 5 442, de 24 de Março de 1919) e até 1928-1929 os funcionários e operários da Casa da Moeda, Papel Selado e Contrastarias beneficiaram do pagamento de remunerações complementares para fazer face ao aumento do custo de vida ligado à inflação que caracterizou o período da Primeira Guerra Mundial e do pós-guerra até 1924; estas remunerações viriam posteriormente a ser incorporadas nos ordenados e salários normais. Também as alterações do regime financeiro ligadas à ditadura militar e ao Estado Novo se repercutiram nos níveis remuneratórios. Foi o caso da extinção na prática da Caixa de Previdência do Pessoal Operário da Administração-Geral da Casa da Moeda e Valores Selados e a sua integração nos esquemas gerais da previdência social dos funcionários do Estado²⁹, medida que contribuiu para a lenta evolução ascendente detectada. No pós Segunda Guerra, nova legislação geral referente ao funcionalismo público terá afectado favoravelmente os níveis remuneratórios globais desta instituição. O aumento do custo de vida que se fez sentir durante o conflito, que parece ter diminuído em termos reais o seu nível de vida, e de forma mais permanente a partir de 1963-1964, foi compensado respectivamente na década de 1950 e na década de 1970; na série das despesas em análise destacam-se os anos de 1959 e de 1970.

Bem mais irregular é a série das despesas em bens e serviços correntes. Até 1920-1921 não é possível avaliar separadamente as despesas em investimento, pelo que uma parte significativa das despesas colocadas nesta rubrica terão a ver com aquisições permanentes. Assim se justifica nomeadamente o valor elevado de 1911-1912, ano em que a actividade da Casa da Moeda está praticamente paralisada, pelo menos no que respeita à amoedação. Aquele ano é o da renovação do parque industrial, pela aquisição de máquinas incorporando novas tecnologias ligadas à utilização da electricidade e do gás³⁰.

²⁹ De acordo com regimento regulado pelo Decreto n.º 17 126, de 18 de Julho de 1929. (²⁶) V. para mais pormenores *Bastien, 1992*.

³⁰ V. para mais pormenores *Bastien, 1992*.

Alguns valores elevados detectados em anos isolados terão a ver com períodos de particular actividade de amoedação; refiro-me nomeadamente aos anos de 1919-1920, a alguns da década de 1930, ao ano de 1953 e aos de 1970 e 1971.

Os «saltos» para níveis mais estáveis devem-se não só às despesas de amoedação mas a outras causas. Começando com os anos de 1919-1920 e 1920-1921, a partir dos quais se nota um aumento significativo das despesas em bens e serviços correntes, faço notar a legislação que autoriza o aumento das despesas (não só referentes às ajudas de custo — como referimos acima — mas também outro tipo de despesas), nomeadamente o Decreto n.º 5 442, de 26 de Abril de 1919, e o impacte da reforma de 1920.

A partir de 1924-1925, uma vez alcançada a estabilização monetária, nova subida que se relaciona com um aumento generalizado da actividade da instituição — não só no sector da moeda com a reforma monetária, que conduziu à substituição de moeda em circulação (realce para a amoedação de bronze e alpaca nos anos após 1925-1926) mas também nos sectores do selo (com o fabrico de cédulas, valores selados e títulos da dívida pública, registados nas contas como despesas extraordinárias da Casa da Moeda entre 1922-1923 e 1925-1926) e da contrastaria. Este comportamento reforça-se pelo efeito indirecto da introdução de nova maquinaria na oficina do selo³¹.

A grande subida dos anos de 1941 a 1944 tem a ver com o período da Segunda Guerra Mundial, com o aumento da emissão monetária a ela ligada e com as obras de equipamento do novo edifício.

Note-se que após a Segunda Guerra Mundial os níveis de despesa se mantêm sistematicamente bem mais elevados que no período anterior, fruto do aumento regular da actividade da Casa da Moeda.

As despesas de investimento só são isoláveis, como já referimos, a partir de 1920-1921. O seu comportamento, muito irregular, liga-se à aquisição de máquinas e outros instrumentos e a obras nas instalações.

A década de 20 é um período de despesas (classificadas como extraordinárias) crescentes com a aquisição de máquinas e utensílios em particular nos anos de 1923-1924 a 1927-1928. Paralelamente, a partir de

1923-1924 e até 1930-1931, o Ministério do Comércio regista valores significativos utilizados na ampliação do edifício da Casa da Moeda e Valores Selados (muito provavelmente para colocação da nova maquinaria).

O período de 1940-1944 é igualmente de grandes despesas de investimento ligadas sobretudo à construção da nova Casa da Moeda realizada em parte (ano de 1940) ao abrigo da Lei n.º 1914 (Lei de Reconstituição Económica).

Os anos de finais da década de 50 e a primeira metade da de 60 são igualmente anos de importantes aquisições de utilização permanente.

Apesar da irregularidade reflectida na evolução das três séries das despesas, que vimos analisando, contrariamente ao referido a propósito das receitas, a evolução dos seus pesos relativos tem significado. A evolução da estrutura das despesas (apresentada no quadro B.3) mostra que:

- a) As despesas em bens e serviços correntes foram sempre bastante importantes, raramente inferiores a um terço do total;
- b) A partir da década de 1930 o peso desta rubrica sobe bastante de cerca de 30 % para cerca de 60 %, em média;
- c) Inversa é a evolução das despesas com o pessoal: nos primeiros anos para que se conhece a decomposição o seu peso é de cerca de 70 % do total, diminuindo até cerca de 30 % em média a partir da década de 1930;
- d) As despesas de investimento atingem na década de 1920 o peso de cerca de 10% para diminuírem significativamente na década de 1930 a favor das despesas em bens e serviços correntes. Após este período, salvo alguns anos (em que o seu peso atinge valores compreendidos entre 10 % e 25 %, como em 1940, 1943, 1954, 1959, no período de 1961 a 1963 e no ano de 1965), o seu peso varia entre os 2 % e os 10%;
- e) As despesas das contrastarias, que apenas se conhecem até à década de 1920 e para a década de 1930, revelam em termos absolutos, em cada um dos períodos, uma evolução relativamente constante; em termos do seu peso no total, elas

³¹ Para informação mais completa sobre a introdução de maquinaria e de inovações tecnológicas, v. ainda *Bastien, 1992*.

pesavam em média um pouco menos de 20 % no primeiro conjunto de anos e um pouco menos de 10% nos anos de 1930.

Parece, pois, razoável concluir que a Casa da Moeda, Papel Selado e Contrastarias terá sido sempre uma das instituições do Estado mais capital intensiva e que essa característica se veio a acentuar bastante com o impacto das alterações tecnológicas operadas a partir de 1910-1920.

O saldo das receitas e despesas da Casa da Moeda ao longo do período em estudo (apresentado no quadro C) só esporadicamente apresenta saldos positivos. Os anos em que isso acontece são, com uma única excepção (1949), os anos em que são registadas as receitas de amoedação (veja-se a este propósito o que acima referimos).

5 — A Casa da Moeda no sector administrativo do Estado

A questão que colocamos aqui é a da avaliação do peso dos serviços da Casa da Moeda no conjunto do sector administrativo do Estado.

Para isso tomamos os indicadores financeiros, concretamente as receitas públicas totais e as despesas públicas totais. As fontes utilizadas foram as Contas Gerais do Estado (Contas Gerais da Administração Financeira do Estado) e os valores obtidos em *Mata, 1985*, *Valério, 1982*, e *Valério, 1987*.

As duas últimas colunas do quadro C mostram os resultados³²:

- a) O contributo da Casa da Moeda para o rendimento do Estado foi sempre muito pequeno ao longo de todo o período em estudo — só muito raramente atingiu 1 % do total das receitas públicas. Valores próximos de 1 % ou superiores são atingidos apenas em alguns dos anos em que se registam as maiores receitas de amoedação: 1858-1859, 1895-1896, 1908-1909, 1909-1910, 1928-1929, 1932-1933 a 1934-1935, 1944, 1945, 1964 e 1969. Na maioria dos anos os valores são de 0,1 % e 0,2 % e no último quartel do século XIX os valores são insignificantes, com excepção do ano de 1895-1896;

³² Não foi possível apurar os valores referentes aos anos de 1845-1846 a 1850-1851 por não terem sido

b) A evolução do peso das despesas da Casa da Moeda no total das despesas públicas é do mesmo nível de grandeza do referido na alínea anterior, mas mais regular. Até 1923-1924 os valores variam entre 0,1 % e 0,5 %, sendo raros os valores de 0,4 % e 0,5%; constitui excepção o ano de 1911-1912 devido às despesas excepcionalmente elevadas já amplamente justificadas que fazem as despesas da Casa da Moeda representar 1,5 %. A partir de 1924-1925 verifica-se um aumento ligeiro dos encargos destes serviços, que contudo só se aproximam de 1 % do início dos anos 30 e durante a Segunda Guerra Mundial. A partir de 1960 os valores variam entre 0,1 % e 0,2%.

QUADRO A.1

Receitas da Casa da Moeda — Preços correntes

Ano económico	Receitas totais	Receitas de amoeção	Receitas de contrastarias	Receitas diversas
1836-1837	0	•	•	•
1837-1838	0	•	•	•
1838-1839	4,4	•	•	•
1839-1840	2,5	•	•	•
1840-1841	1,4	•	•	•
1841-1842	5,9	•	•	•
1842-1843	9,1	•	•	•
1843-1844	3,1	•	•	•
1844-1845	3,4	•	•	•
1845-1846	14,9	•	•	•
1846-1847	19,0	•	•	•
1847-1848	20,3	•	•	•
1848-1849	32,3	•	•	•
1849-1850	20,6	•	•	•
1850-1851	13,5	•	•	•
1851-1852	28,6	•	•	•
1852-1853	30,3	•	•	•
1853-1854	0,3	•	•	•
1854-1855	8,9	•	•	•
1855-1856	53,0	•	•	•
1856-1857	78,1	•	•	•
1857-1858	28,5	•	•	•
1858-1859	111,4	111,4	•	0
1859-1860	18,3	18,3	•	0
1860-1861	0	•	•	•
1861-1862	0	•	•	•
1862-1863	0	•	•	•
1863-1864	0	•	•	•
1864-1865	0	•	•	•
1865-1866	0	•	•	•
1866-1867	0	•	•	•
1867-1868	0	•	•	•
1868-1869	0	•	•	•
1869-1870	0	•	•	•
1870-1871	0	•	•	•
1871-1872	40,9	•	•	•
1872-1873	6,1	•	•	•
1873-1874	4,7	•	•	•
1874-1875	0,2	•	•	•
1875-1876	19,9	•	•	•
1876-1877	8,4	•	•	•

1877-1878	1,0	•	•	•
1878-1879	3,2	•	•	•
1879-1880	2,0	•	•	•
1880-1881	0,5	•	•	•
1881-1882	1,6	•	•	•
1882-1883	0,9	•	•	•
1883-1884	1,5	•	•	•
1884-1885	2,1	•	•	•
1885-1886	1,3	•	•	•
1886-1887	1,2	•	•	•
1887-1888	2,3	•	•	•
1888-1889	6,3	•	•	•
1889-1890	2,1	•	•	•
1890-1891	2,5	0	•	2,5
1891-1892	0,1	0	•	0,1
1892-1893	40,2	33,2	•	7
1893-1894	3,8	0	•	3,8
1894-1895	0,1	0	•	0,1
1895-1896	1109,0	1109,0	•	0
1896-1897	0	0	•	0
1897-1898	5,0	•	•	•
1898-1899	12,1	•	•	•
1899-1900	1,9	•	•	•
1900-1901	0	•	•	•
1901-1902	0	•	•	•
1902-1903	0	•	•	•
1903-1904	0	•	•	•
1904-1905	0	•	•	•
1905-1906	0	•	•	•
1906-1907	0	•	•	•
1907-1908	55,5	0	55,5	0
1908-1909	894,2	854,7	39,5	0
1909-1910	550,5	504,2	9,9	36,4
1910-1911	51,4	0	18,7	32,7
1911-1912	53,7	0	53,7	0
1912-1913	59,9	0	59,9	0
1913-1914	78,9	0	78,9	0
1914-1915	89,0	0	52,8	36,2
1915-1916	568,7	466,4	66,0	36,3
1916-1917	161,6	45,6	73,4	42,6
1917-1918	129,7	0	83,3	46,4
1918-1919	165,8	0	105,1	60,7
1919-1920	153,5	0	153,5	0
1920-1921	272,6	0	260,4	12,2
1921-1922	339,4	0	334,5	4,9

1922-1923	424,5	0	396,2	28,3
1923-1924	710,0	0	671,3	38,7
1924-1925	1612,1	0	1562,1	50,1
1925-1926	1980,9	0	1624,4	356,5
1926-1927	1661,6	0	1583,9	77,7
1927-1928	2764,0	0	1511,1	1252,9
1928-1929	31023,5	29076,4	1436,2	510,9
1929-1930	9299,8	6828,9	1535,0	935,9
1930-1931	7156,3	5390,1	1374,9	391,3
1931-1932	1821,7	0	1333,8	487,9
1932-1933	45481,5	42700,4	1324,1	1457,0
1933-1934	35467,6	32481,5	1703,6	1282,5
1934-1935	25250,8	21091,8	2587,3	1571,7
1936	2966,5	36,3	1746,4	1183,8
1937	4507,0	833,4	1852,0	1821,6
1938	3164,1	0	1808,7	1355,4
1939	3014,1	0	1635,0	1379,1
1940	2633,8	0	1635,0	998,8
1941	3116,1	0	1911,1	1205,0
1942	5960,6	0	2670,9	3289,7
1943	4265,4	0	3071,1	1194,3
1944	52965,8	47533,1	3616,9	1815,8
1945	37176,9	30050,0	3849,7	3277,2
1946	7217,1	0	4034,6	3182,5
1947	7545,6	0	4206,7	3338,9
1948	10601,0	0	3709,7	6891,3
1949	17398,1	0	3222,4	14175,7
1950	11043,8	0	3148,9	7894,0
1951	8845,1	0	3221,4	5623,7
1952	13446,5	0	3759,6	9686,9
1953	12951,5	0	3610,7	9340,8
1954	9847,3	0	3900,6	5946,7
1955	9951,4	0	4149,5	5801,9
1956	11931,7	0	4379,5	7552,2
1957	13282,8	0	4905,3	8377,5
1958	12541,9	0	4999,7	7542,2
1959	13295,9	0	4884,3	8411,6
1960	16313,2	0	5064,2	11249,0
1961	10600,6	0	4609,8	5990,8
1962	17543,4	0	4276,7	13266,7
1963	80428,0	68499,8	4650,6	7277,6
1964	161120,1	144542,7	5359,6	11217,8
1965	14616,1	0	6391,3	8224,8
1966	14863,8	0	6929,8	7934,0
1967	16890,0	0	6906,5	9983,3

1968	22113,9	0	6155,4	15958,5
1969	217689,2	200000,0	5476,1	12213,1
1970	29269,6	5922,7	10119,8	13227,1
1971	53795,0	16833,2	16610,7	20351,1
1972	20651,9	0	•	•

Fonte: V. o n.º 2 do texto

Unidade: Contos

Nota - As eventuais diferenças entre as parcelas e o total devem-se a erros de arredondamento.

QUADRO A.2

Receitas da Casa da Moeda – Preços de 1914

Ano económico	Receitas totais	Receitas de amoeção	Receitas de contrastarias	Receitas diversas
1836-1837	0	•	•	•
1837-1838	0	•	•	•
1838-1839	7,9	•	•	•
1839-1840	4,3	•	•	•
1840-1841	2,2	•	•	•
1841-1842	8,8	•	•	•
1842-1843	15,2	•	•	•
1843-1844	5,4	•	•	•
1844-1845	6,9	•	•	•
1845-1846	30,4	•	•	•
1846-1847	31,7	•	•	•
1847-1848	35,0	•	•	•
1848-1849	62,1	•	•	•
1849-1850	37,5	•	•	•
1850-1851	22,1	•	•	•
1851-1852	50,2	•	•	•
1852-1853	54,1	•	•	•
1853-1854	0,4	•	•	•
1854-1855	11,1	•	•	•
1855-1856	68,0	•	•	•
1856-1857	83,1	•	•	•
1857-1858	35,2	•	•	•
1858-1859	148,5	148,5	•	•
1859-1860	22,3	22,3	•	•
1860-1861	0	•	•	•
1861-1862	0	•	•	•
1862-1863	0	•	•	•
1863-1864	0	•	•	•
1864-1865	0	•	•	•
1865-1866	0	•	•	•

1866-1867	0	•	•	•
1867-1868	0	•	•	•
1868-1869	0	•	•	•
1869-1870	0	•	•	•
1870-1871	0	•	•	•
1871-1872	53,8	•	•	•
1872-1873	8,0	•	•	•
1873-1874	5,9	•	•	•
1874-1875	0,2	•	•	•
1875-1876	24,3	•	•	•
1876-1877	10,1	•	•	•
1877-1878	1,1	•	•	•
1878-1879	3,5	•	•	•
1879-1880	2,3	•	•	•
1880-1881	0,6	•	•	•
1881-1882	1,9	•	•	•
1882-1883	1,0	•	•	•
1883-1884	1,8	•	•	•
1884-1885	2,7	•	•	•
1885-1886	1,7	•	•	•
1886-1887	1,6	•	•	•
1887-1888	3,1	•	•	•
1888-1889	8,4	•	•	•
1889-1890	2,6	•	•	•
1890-1891	2,8	0	•	2,8
1891-1892	0,1	0	•	0,1
1892-1893	45,7	37,7	•	8,0
1893-1894	4,3	0	•	4,3
1894-1895	0,1	0	•	0,1
1895-1896	1274,7	1274,7	•	0
1896-1897	0	0	•	0
1897-1898	0,5	•	•	•
1898-1899	12,5	•	•	•
1899-1900	2,0	•	•	•
1900-1901	0	•	•	•
1901-1902	0	•	•	•
1902-1903	0	•	•	•
1903-1904	0	•	•	•
1904-1905	0	•	•	•
1905-1906	0	•	•	•
1906-1907	0	•	•	•
1907-1908	57,8	0	57,8	0
1908-1909	921,9	881,1	40,7	0
1909-1910	561,7	514,5	10,1	37,1
1910-1911	54,7	0	19,9	34,8

1911-1912	54,2	0	54,2	0
1912-1913	61,1	0	61,1	0
1913-1914	78,1	0	78,1	0
1914-1915	89,0	0	52,8	36,2
1915-1916	517,0	424,0	60,0	33,0
1916-1917	125,3	35,3	56,9	33,0
1917-1918	87,6	0	56,3	31,4
1918-1919	69,1	0	43,8	25,3
1919-1920	57,3	0	57,3	0
1920-1921	64,9	0	62,0	2,9
1921-1922	56,0	0	55,2	0,8
1922-1923	60,0	0	56,0	4,0
1923-1924	69,5	0	65,7	3,8
1924-1925	120,5	0	116,7	3,7
1925-1926	153,0	0	125,4	27,5
1926-1927	132,9	0	126,7	6,2
1927-1928	208,6	0	114,0	94,6
1928-1929	2427,5	2275,1	112,4	40,0
1929-1930	704,5	517,3	116,3	70,9
1930-1931	565,3	425,8	108,6	30,9
1931-1932	158,7	0	116,2	42,5
1932-1933	4028,5	3782,1	117,3	129,1
1933-1934	3144,3	2879,6	151,0	113,7
1934-1935	2215,0	1850,2	227,0	137,9
1936	255,1	3,1	150,2	101,8
1937	375,3	69,4	154,2	151,7
1938	270,4	0	154,6	115,8
1939	270,6	0	146,8	123,8
1940	227,6	0	141,3	86,3
1941	244,8	0	150,1	94,7
1942	397,6	0	178,2	219,5
1943	257,4	0	185,3	72,1
1944	3123,0	2802,7	213,3	107,1
1945	2043,8	1652,0	211,6	180,2
1946	356,9	0	199,5	157,4
1947	364,0	0	202,9	161,1
1948	517,6	0	181,1	336,5
1949	810,3	0	150,1	660,3
1950	526,6	0	150,2	376,5
1951	402,8	0	146,7	256,1
1952	599,0	0	167,5	431,5
1953	589,8	0	164,4	425,4
1954	458,7	0	181,7	277,0
1955	453,2	0	189,0	264,2
1956	525,6	0	192,9	332,7

1957	585,1	0	216,1	369,1
1958	546,5	0	217,9	328,6
1959	573,3	0	210,6	362,7
1960	688,6	0	213,8	474,8
1961	438,4	0	190,6	247,8
1962	725,5	0	176,9	548,7
1963	3260,2	2776,6	188,5	295,0
1964	6401,3	5742,7	212,9	445,7
1965	558,9	0	244,4	314,5
1966	542,9	0	253,1	289,8
1967	595,1	0	243,4	351,8
1968	772,7	0	215,1	557,6
1969	7172,6	6589,8	180,4	402,4
1970	933,9	189,0	322,9	422,1
1971	1639,1	512,9	506,1	620,1
1972	585,4	0	•	•

Fonte: V. nº 2 do texto

Unidades: Contos

Notas

As eventuais diferenças entre as parcelas e o total devem-se a erros de arredondamento.

O índice de preços (base: 1914 = 100) utilizado para deflacionar as séries foi o calculado em

Nunes, Mata e Valério, pp. 292-295.

Quadro B.1

Despesas da Casa da Moeda – Preços correntes

Ano económico	Despesas totais	Despesas com pessoal	Despesas com bens e serviços correntes	Despesas de investimento	Despesas das contrastarias	Outras despesas
1835-1836	16,8	•	•	•	•	•
1836-1837	34,7	•	•	•	•	•
1837-1838	24,6	•	•	•	•	•
1838-1839	17,3	•	•	•	•	•
1839-1840	21,4	•	•	•	•	•
1840-1841	12,9	•	•	•	•	•
1841-1842	22,7	•	•	•	•	•
1842-1843	26,5	•	•	•	•	•
1843-1844	22,9	•	•	•	•	•
1844-1845	21,5	•	•	•	•	•
1845-1846	33,0	•	•	•	•	•
1846-1847	67,1	•	•	•	•	•
1847-1848	78,9	•	•	•	•	•
1848-1849	99,5	•	•	•	•	•
1849-1850	62,8	•	•	•	•	•
1850-1851	48,1	•	•	•	•	•
1851-1852	60,1	•	•	•	•	•

1852-1853	55,3	•	•	•	•	•
1853-1854	43,5	•	•	•	•	•
1854-1855	44,5	•	•	•	•	•
1855-1856	43,0	•	•	•	•	•
1856-1857	42,2	•	•	•	•	•
1857-1858	57,3	•	•	•	•	•
1858-1859	54,2	•	•	•	•	•
1859-1860	32,5	•	•	•	•	•
1860-1861	28,7	•	•	•	•	•
1861-1862	73,6	•	•	•	•	•
1862-1863	52,5	•	•	•	•	•
1863-1864	60,0	•	•	•	•	•
1864-1865	55,3	•	•	•	•	•
1865-1866	47,7	•	•	•	•	•
1866-1867	44,1	•	•	•	•	•
1867-1868	33,0	•	•	•	•	•
1868-1869	33,0	•	•	•	•	•
1869-1870	31,2	•	•	•	•	•
1870-1871	34,9	•	•	•	•	•
1871-1872	32,2	•	•	•	•	•
1872-1873	35,5	•	•	•	•	•
1873-1874	46,6	•	•	•	•	•
1874-1875	58,8	•	•	•	•	•
1875-1876	50,9	•	•	•	•	•
1876-1877	48,6	•	•	•	•	•
1877-1878	48,1	•	•	•	•	•
1878-1879	66,0	•	•	•	•	•
1879-1880	59,1	•	•	•	•	•
1880-1881	54,9	•	•	•	•	•
1881-1882	75,1	•	•	•	•	•
1882-1883	98,7	•	•	•	•	•
1883-1884	99,8	•	•	•	•	•
1884-1885	108,5	•	•	•	•	•
1885-1886	81,7	•	•	•	•	•
1886-1887	80,0	•	•	•	•	•
1887-1888	70,2	•	•	•	•	•
1888-1889	66,7	•	•	•	•	•
1889-1890	75,9	•	•	•	•	•
1890-1891	84,2	•	•	•	•	•
1891-1892	76,8	•	•	•	•	•
1892-1893	66,1	•	•	•	•	•
1893-1894	74,8	•	•	•	•	•
1894-1895	72,4	•	•	•	•	•
1895-1896	72,1	•	•	•	•	•
1896-1897	65,4	•	•	•	•	•

1897-1898	79,2	•	•	•	•	•
1898-1899	67,6	•	•	•	•	•
1899-1900	71,2	•	•	•	•	•
1900-1901	75,8	•	•	•	•	•
1901-1902	73,1	•	•	•	•	•
1902-1903	73,4	•	•	•	•	•
1903-1904	72,0	•	•	•	•	•
1904-1905	72,4	•	•	•	•	•
1905-1906	72,5	•	•	•	•	•
1906-1907	130,4	•	•	•	•	•
1907-1908	171,5	•	•	•	•	•
1908-1909	170,6	119,1	51,5	0	36,5	134,1
1909-1910	171,8	118,7	53,1	0	36,4	135,4
1910-1911	149,6	111,1	38,5	0	32,6	117,0
1911-1912	1033,5	123,3	910,3	0	30,2	1003,4
1912-1913	200,9	128,0	72,9	0	32,3	168,6
1913-1914	161,4	113,7	47,7	0	23,7	136,7
1914-1915	160,5	124,0	36,5	•	•	•
1915-1916	176,9	119,1	57,8	0	29,7	147,2
1916-1917	175,7	115,4	60,3	0	36,6	139,1
1917-1918	194,1	100,0	93,8	0	35,7	158,1
1918-1919	237,2	100,6	136,5	0	37,0	200,1
1919-1920	461,2	237,9	223,3	0	42,9	322,0
1920-1921	804,2	387,5	413,3	3,3	•	•
1921-1922	1055,2	476,3	575,7	3,2	•	•
1922-1923	1553,3	1008,7	533,8	10,8	•	•
1923-1924	2870,6	1832,2	957,7	80,8	•	•
1924-1925	5555,6	2616,3	2496,1	442,9	•	•
1925-1926	5323,2	2935,5	1943,2	444,4	•	•
1926-1927	5463,6	2741,3	2185,9	536,3	•	•
1927-1928	4526,0	2283,5	1771,1	471,1	•	•
1928-1929	4500,8	2785,1	1466,5	249,2	•	•
1929-1930	5450,9	3875,6	1388,4	187,7	•	•
1930-1931	3485,7	2341,6	954,5	189,6	369,7	3116,0
1931-1932	11340,1	2566,2	8727,5	46,3	373,5	10966,5
1932-1933	17280,1	2420,7	14821,7	37,7	523,4	16756,7
1933-1934	15173,6	2440,2	12681,4	51,8	497,0	14676,4
1934-1935	5375,4	3826,2	1263,9	285,6	781,1	4594,6
1936	3822,3	2770,5	970,1	81,6	573,3	3248,9
1937	8917,9	2741,5	5911,8	264,4	550,7	8367,0
1938	4182,3	2722,0	1332,7	127,7	530,4	3652,0
1939	11956,6	2658,6	9271,2	26,9	•	•
1940	6162,3	2594,7	1777,6	1790,2	•	•
1941	19843,4	2621,1	15999,6	1222,6	•	•
1942	22857,1	2698,7	18088,6	2069,8	•	•

1943	19612,6	2836,6	13454,4	3321,7	•	•
1944	27370,4	2915,0	23455,2	1000,0	•	•
1945	13621,5	2954,4	9877,5	789,3	•	•
1946	16563,8	3053,9	13202,7	307,3	•	•
1947	26150,5	3805,7	21922,7	422,1	•	•
1948	21786,3	3968,4	16426,5	1391,2	•	•
1949	15203,2	5813,2	8595,0	795,2	•	•
1950	11043,9	5198,5	5279,7	565,9	•	•
1951	27962,1	5366,7	22221,6	383,8	•	•
1952	17612,9	5934,5	10557,0	1121,4	•	•
1953	42191,7	6101,9	35345,5	744,3	•	•
1954	16333,2	6205,8	7342,9	2784,5	•	•
1955	17597,3	6363,7	10580,5	653,1	•	•
1956	24060,1	6282,3	15505,1	2272,7	•	•
1957	20416,7	6323,8	12454,7	1638,3	•	•
1958	18499,6	6549,8	10185,8	1764,0	•	•
1959	24414,9	7816,2	8641,7	7957,1	•	•
1960	25076,1	7838,6	16609,1	628,4	•	•
1961	25294,4	8173,5	14105,1	3015,8	•	•
1962	27012,3	8450,8	12967,3	5594,1	•	•
1963	25386,9	8775,4	12245,1	4366,4	•	•
1964	23240,2	8778,3	13601,4	860,3	•	•
1965	35905,0	9072,0	17752,3	9080,7	•	•
1966	28639,4	9249,7	16941,6	2448,1	•	•
1967	31957,4	9667,8	20884,5	1405,0	•	•
1968	40167,3	10046,6	28554,8	1565,9	•	•
1969	34616,7	10150,3	21945,1	2521,4	•	•
1970	51056,2	1575,0	33018,1	2287,9	•	•
1971	51437,9	16056,1	33538,1	1843,7	•	•
1972	17853,1	8123,7	9322,1	407,3	•	•

Fonte: V. o nº 2 do texto

Unidade: Contos

Notas

As eventuais diferenças entre as parcelas e o total devem-se a erros de arredondamento.

No caso do ano económico 1919-1920, a soma dos valores das últimas duas colunas não corresponde às despesas totais naquele ano por não ter sido possível decompor as remunerações complementares pelos diferentes serviços da Casa da Moeda, Papel Selado e Construtórias.

QUADRO B.2

Despesas da Casa da Moeda – Preços de 1914

Ano económico	Despesas totais	Despesas com o pessoal	Despesas com bens e serviços correntes	Despesas de investimento	Despesas das contrastarias	Outras despesas
1835-1836	22,4	•	•	•	•	•
1836-1837	50,3	•	•	•	•	•
1837-1838	43,9	•	•	•	•	•
1838-1839	30,9	•	•	•	•	•
1839-1840	36,9	•	•	•	•	•
1840-1841	20,2	•	•	•	•	•
1841-1842	33,9	•	•	•	•	•
1842-1843	44,2	•	•	•	•	•
1843-1844	40,2	•	•	•	•	•
1844-1845	43,9	•	•	•	•	•
1845-1846	67,3	•	•	•	•	•
1846-1847	111,8	•	•	•	•	•
1847-1848	136,0	•	•	•	•	•
1848-1849	191,3	•	•	•	•	•
1849-1850	114,2	•	•	•	•	•
1850-1851	78,9	•	•	•	•	•
1851-1852	105,4	•	•	•	•	•
1852-1853	98,8	•	•	•	•	•
1853-1854	64,0	•	•	•	•	•
1854-1855	55,6	•	•	•	•	•
1855-1856	55,1	•	•	•	•	•
1856-1857	44,9	•	•	•	•	•
1857-1858	70,7	•	•	•	•	•
1858-1859	72,3	•	•	•	•	•
1859-1860	39,6	•	•	•	•	•
1860-1861	36,3	•	•	•	•	•
1861-1862	88,7	•	•	•	•	•
1862-1863	62,5	•	•	•	•	•
1863-1864	74,1	•	•	•	•	•
1864-1865	66,6	•	•	•	•	•
1865-1866	58,9	•	•	•	•	•
1866-1867	53,1	•	•	•	•	•
1867-1868	37,5	•	•	•	•	•
1868-1869	39,8	•	•	•	•	•
1869-1870	38,0	•	•	•	•	•
1870-1871	44,7	•	•	•	•	•
1871-1872	42,4	•	•	•	•	•
1872-1873	46,7	•	•	•	•	•
1873-1874	59,0	•	•	•	•	•

1874-1875	71,7	•	•	•	•	•
1875-1876	62,1	•	•	•	•	•
1876-1877	58,6	•	•	•	•	•
1877-1878	51,7	•	•	•	•	•
1878-1879	71,7	•	•	•	•	•
1879-1880	67,2	•	•	•	•	•
1880-1881	66,1	•	•	•	•	•
1881-1882	88,4	•	•	•	•	•
1882-1883	114,8	•	•	•	•	•
1883-1884	121,7	•	•	•	•	•
1884-1885	140,9	•	•	•	•	•
1885-1886	108,9	•	•	•	•	•
1886-1887	105,3	•	•	•	•	•
1887-1888	93,6	•	•	•	•	•
1888-1889	88,9	•	•	•	•	•
1889-1890	94,9	•	•	•	•	•
1890-1891	95,7	•	•	•	•	•
1891-1892	89,3	•	•	•	•	•
1892-1893	75,1	•	•	•	•	•
1893-1894	84,0	•	•	•	•	•
1894-1895	79,6	•	•	•	•	•
1895-1896	82,9	•	•	•	•	•
1896-1897	74,3	•	•	•	•	•
1897-1898	85,2	•	•	•	•	•
1898-1899	69,7	•	•	•	•	•
1899-1900	74,9	•	•	•	•	•
1900-1901	81,5	•	•	•	•	•
1901-1902	79,5	•	•	•	•	•
1902-1903	82,5	•	•	•	•	•
1903-1904	78,3	•	•	•	•	•
1904-1905	74,6	•	•	•	•	•
1905-1906	75,5	•	•	•	•	•
1906-1907	135,8	•	•	•	•	•
1907-1908	178,6	•	•	•	•	•
1908-1909	175,9	122,8	53,1	0	37,6	138,2
1909-1910	175,3	121,1	54,2	0	37,1	138,2
1910-1911	159,1	118,2	41,0	0	34,7	124,5
1911-1912	1043,9	124,5	919,5	0	30,5	1013,5
1912-1913	205,0	130,6	74,4	0	33,0	172,0
1913-1914	159,8	112,6	47,2	0	23,5	135,3
1914-1915	160,5	124,0	36,5	•	•	•
1915-1916	160,8	108,3	52,5	0	27,0	133,8
1916-1917	136,2	89,5	46,7	0	28,4	107,8
1917-1918	131,1	67,6	63,4	0	24,1	106,8
1918-1919	98,8	41,9	56,9	0	15,4	83,4

1919-1920	172,1	88,8	83,3	0	16,0	120,1
1920-1921	191,5	92,3	98,4	0,8	•	•
1921-1922	174,1	78,6	95,0	0,5	•	•
1922-1923	219,7	142,7	75,5	1,5	•	•
1923-1924	280,9	179,3	93,7	7,9	•	•
1924-1925	415,2	195,5	186,6	33,1	•	•
1925-1926	411,1	226,7	150,1	34,3	•	•
1926-1927	437,1	219,3	174,9	42,9	•	•
1927-1928	341,6	172,3	133,7	35,6	•	•
1928-1929	352,2	217,9	114,7	19,5	•	•
1929-1930	412,9	293,6	105,2	14,2	•	•
1930-1931	275,3	185,0	75,4	15,0	29,2	246,1
1931-1932	987,8	223,5	760,2	4,0	32,5	955,3
1932-1933	1530,6	214,4	1312,8	3,3	46,4	1484,2
1933-1934	1345,2	216,3	1124,2	4,6	44,1	1301,1
1934-1935	471,5	335,6	110,9	25,1	68,5	403,0
1936	328,7	238,2	83,4	7,0	49,3	279,4
1937	742,5	228,3	492,2	22,0	45,9	696,7
1938	357,5	232,6	113,9	10,9	45,3	312,1
1939	1073,3	238,7	832,2	2,4	•	•
1940	532,6	224,3	153,6	154,7	•	•
1941	1558,8	205,9	1256,8	96,0	•	•
1942	1524,8	180,0	1206,7	138,1	•	•
1943	1183,6	171,2	812,0	200,5	•	•
1944	1613,8	171,9	1383,0	59,0	•	•
1945	748,8	162,4	543,0	43,4	•	•
1946	819,2	151,0	653,0	15,2	•	•
1947	1261,5	183,6	1057,5	20,4	•	•
1948	1063,8	193,8	802,1	67,9	•	•
1949	708,1	270,8	400,3	37,0	•	•
1950	526,7	247,9	251,8	27,0	•	•
1951	1273,3	244,4	1011,5	17,5	•	•
1952	784,5	264,3	470,2	50,0	•	•
1953	1921,3	277,9	1609,5	33,9	•	•
1954	760,7	289,0	342,0	129,7	•	•
1955	801,3	289,8	481,8	29,7	•	•
1956	1059,9	276,8	683,0	100,1	•	•
1957	899,4	278,6	548,7	72,2	•	•
1958	806,1	285,4	443,8	76,9	•	•
1959	1052,8	337,1	372,6	343,1	•	•
1960	1058,5	330,9	701,1	26,5	•	•
1961	1046,1	338,0	583,3	127,7	•	•
1962	1117,1	349,5	536,3	231,4	•	•
1963	1029,1	355,7	496,4	177,0	•	•
1964	923,3	348,8	540,4	34,2	•	•

1965	1373,0	346,9	678,9	347,3	•	•
1966	1046,0	337,8	618,8	89,4	•	•
1967	1126,1	340,7	735,9	49,5	•	•
1968	1403,5	351,0	997,7	54,7	•	•
1969	1140,6	334,4	723,1	73,1	•	•
1970	1629,1	502,6	1053,5	73,0	•	•
1971	1567,3	489,2	1021,9	56,2	•	•
1972	506,0	230,3	264,2	11,5	•	•

Fonte: V. o nº 2 do texto

Unidade: Contos

Notas

As eventuais diferenças entre as parcelas e o total devem-se a erros de arredondamento.

No caso do ano económico 1919-1920, a soma dos valores das últimas duas colunas não corresponde às despesas totais naquele ano por não ter sido possível decompor as remunerações complementares pelos diferentes serviços da Casa da Moeda, Papel Selado e Constratacias.

O índice de preços (base: 1914 = 100) utilizado para deflacionar as séries foi o calculado em Nunes, Mata e Valério, 1989, pp. 292 a 295.

QUADRO B.3

Despesas da Casa da Moeda - Estrutura

Ano económico	Despesas com pessoal	Despesas com bens e serviços correntes	Despesas de investimento	Despesas das contrastarias	Outras despesas
1908-1909	70	30	0	79	21
1909-1910	69	31	0	79	21
1910-1911	74	26	0	78	22
1911-1912	12	88	0	97	3
1912-1913	64	36	0	84	16
1913-1914	70	30	0	85	15
1914-1915	77	23	•	•	•
1915-1916	67	33	0	83	17
1916-1917	66	34	0	79	21
1917-1918	52	48	0	81	18
1918-1919	42	58	0	84	16
1919-1920	52	48	0	70	9
1920-1921	48	51	+ 0	•	•
1921-1922	45	55	+ 0	•	•
1922-1923	65	34	1	•	•
1923-1924	64	33	3	•	•
1924-1925	47	45	8	•	•
1925-1926	55	37	8	•	•
1926-1927	50	40	10	•	•
1927-1928	50	39	10	•	•
1928-1929	62	33	6	•	•
1929-1930	71	25	3	•	•
1930-1931	67	27	5	89	11

1931-1932	23	77	+ 0	97	3
1932-1933	14	86	+ 0	97	3
1933-1934	16	84	+ 0	97	3
1934-1935	71	24	5	85	15
1936	72	25	2	85	15
1937	31	66	3	94	6
1938	65	32	3	87	13
1939	22	78	+ 0	•	•
1940	42	29	29	•	•
1941	13	81	6	•	•
1942	12	79	9	•	•
1943	14	69	17	•	•
1944	11	86	4	•	•
1945	22	73	6	•	•
1946	18	80	2	•	•
1947	15	84	2	•	•
1948	18	75	6	•	•
1949	38	57	5	•	•
1950	47	48	5	•	•
1951	19	79	1	•	•
1952	34	60	6	•	•
1953	14	84	2	•	•
1954	38	45	17	•	•
1955	36	60	4	•	•
1956	26	64	9	•	•
1957	31	61	8	•	•
1958	35	55	10	•	•
1959	32	35	33	•	•
1960	31	66	3	•	•
1961	32	56	12	•	•
1962	31	48	21	•	•
1963	35	48	17	•	•
1964	38	59	4	•	•
1965	25	49	25	•	•
1966	32	59	9	•	•
1967	30	65	4	•	•
1968	25	71	4	•	•
1969	29	63	7	•	•
1970	31	65	4	•	•
1971	31	65	4	•	•
1972	46	52	2	•	•

Fonte: Cálculo a partir do quadro B.1.

Unidade: Porcentagem.

QUADRO C

Saldo e peso das finanças da Casa da Moeda

Ano económico	Saldo	Peso da receitas	Peso das despesas
1836-1837	-34,7	0	3,4
1837-1838	-24,6	0	3,1
1838-1839	-12,9	0,6	2,5
1839-1840	-18,9	0,4	2,8
1840-1841	-11,5	0,2	1,5
1841-1842	-16,8	0,7	1,6
1842-1843	-17,4	1,2	1,9
1843-1844	-19,8	0,3	1,9
1844-1845	-18,1	0,4	2,0
1845-1846	-18,1	•	•
1847-1848	-58,6	•	•
1848-1849	-78,9	•	•
1851-1852	-31,5	2,7	5,4
1852-1853	-2,5	2,8	4,2
1853-1854	-43,2	+ 0	4,0
1854-1855	-35,6	0,8	3,2
1855-1856	10,0	4,9	3,3
1856-1857	35,9	7,0	2,9
1857-1858	-28,8	2,3	3,2
1858-1859	57,2	9,1	3,1
1859-1860	-14,2	1,5	2,1
1860-1861	-28,7	0	1,8
1861-1862	-73,6	0	3,6
1862-1863	-52,5	0	2,4
1863-1864	-60,0	0	2,9
1864-1865	-55,3	0	2,7
1865-1866	-47,7	0	2,3
1866-1867	-44,1	0	2,0
1867-1868	-33,0	0	1,1
1868-1869	-33,0	0	1,6
1869-1870	-31,2	0	1,0
1870-1871	-34,9	0	1,7
1871-1872	8,7	2,3	1,3
1872-1873	-29,4	0,3	1,5
1873-1874	-41,9	0,2	1,7
1874-1875	-58,6	+0	2,1
1875-1876	-31,0	0,8	1,6
1876-1877	-40,2	0,3	1,3
1877-1878	-47,1	+0	1,4
1878-1879	-62,8	0,1	1,9
1879-1880	-57,1	0,1	1,9

1880-1881	-54,4	+0	1,6
1881-1882	-73,5	0,1	2,1
1882-1883	-97,8	+0	3,0
1883-1884	-98,3	0,1	2,9
1884-1885	-106,4	0,1	2,8
1885-1886	-80,4	+0	2,0
1886-1887	-78,8	+0	2,0
1887-1888	-67,9	0,1	1,6
1888-1889	-60,4	0,2	1,3
1889-1890	-73,8	0,1	1,4
1890-1891	-81,7	0,1	1,7
1891-1892	-76,7	+0	1,4
1892-1893	-25,9	1,0	1,4
1893-1894	-71,0	0,1	1,7
1894-1895	-72,3	+0	1,6
1895-1896	1036,9	21,9	1,4
1896-1897	-65,4	0	1,2
1897-1898	-78,7	+0	1,4
1898-1899	-55,5	0,3	1,3
1899-1900	-69,3	+0	1,2
1900-1901	-75,8	0	1,5
1901-1902	-73,1	0	1,4
1902-1903	-73,4	0	1,3
1903-1904	-72,0	0	1,2
1904-1905	-72,4	0	1,3
1905-1906	-72,5	0	1,2
1906-1907	-130,4	0	2,2
1907-1908	-116,0	0,8	2,4
1908-1909	723,6	13,6	2,4
1909-1910	378,7	8,0	2,4
1910-1911	-98,2	0,8	2,3
1911-1912	-979,8	0,9	15,5
1912-1913	-141,0	0,8	2,5
1913-1914	-82,5	1,1	2,5
1914-1915	-71,5	1,3	1,7
1915-1916	391,8	6,8	1,3
1916-1917	-14,1	1,9	1,2
1917-1918	-64,4	1,5	1,1
1918-1919	-71,4	1,5	0,9
1919-1920	-211,4	1,0	1,3
1920-1921	-474,9	1,2	1,9
1921-1922	-602,5	1,1	1,9
1922-1923	-476,1	0,8	1,3
1923-1924	-660,5	0,9	2,5
1924-1925	-1909,6	1,4	3,9

1925-1926	-1245,9	1,8	3,5
1926-1927	-1808,3	1,4	3,0
1927-1928	-1601,8	1,8	2,7
1928-1929	26525,1	15,2	2,6
1929-1930	3848,9	4,8	2,9
1930-1931	3670,6	3,7	2,0
1931-1932	-9518,4	1,0	6,1
1932-1933	28201,4	23,7	8,9
1933-1934	20294,0	17,9	7,7
1934-1935	19875,4	8,3	1,9
1936	-855,8	1,5	1,9
1937	-4410,9	2,1	4,4
1938	-1018,2	1,4	1,9
1939	-8942,5	1,4	5,1
1940	-3528,5	1,2	2,6
1941	-16727,3	1,3	7,1
1942	-16896,5	2,0	7,8
1943	-15347,2	1,3	5,4
1944	25595,4	15,7	7,9
1945	23555,4	11,2	3,6
1946	-9346,7	1,9	3,8
1947	-18604,9	1,8	4,7
1948	-11185,3	2,4	3,9
1949	2149,9	3,7	2,7
1950	-0,1	2,3	2,2
1951	-19117,0	1,6	5,1
1952	-4166,4	2,3	3,1
1953	-29240,2	2,1	6,8
1954	-6485,9	1,5	2,5
1955	-7645,9	1,5	2,5
1956	-12128,4	1,6	3,3
1957	-7133,9	1,7	2,5
1958	-5957,7	1,5	2,2
1959	-11119,0	1,5	2,6
1960	-8762,9	1,7	2,3
1961	-14693,8	1,0	1,9
1962	-9468,9	1,5	1,9
1963	55041,1	6,4	1,7
1964	137879,9	11,8	1,4
1965	-21288,9	0,9	2,1
1966	-13775,6	0,8	1,5
1967	-15067,4	0,8	1,5
1968	-18053,4	1,0	1,7
1969	183072,5	8,4	1,3
1970	-21786,6	0,9	1,7

1971	2357,1	1,6	1,4
1972	2798,8	0,5	0,5

Fonte: V. o nº 2 do texto

Unidade: Saldos em contos. Pesos em milésimos.

Nota – As séries das receitas e despesas públicas utilizadas para calcular os pesos foram parcialmente obtidas em *Mata, 1985, Valério, 1982, e Valério, 1987*, e completadas a partir das contas públicas utilizando critérios idênticos.

BIBLIOGRAFIA

BASTIEN, Carlos, «Para a história da Casa da Moeda de Lisboa — Aspectos técnicos e organizativos da produção de moeda metálica», comunicação apresentada no 13.² Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Porto, 1992.

MATA, M. Eugénia, «As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial», dissertação de doutoramento apresentada no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1985.

-- «L'Évolution du système fiscal portugais du XVIIIe siècle à nos jours», comunicação apresentada no Colóquio les états de l'Europe méridionale (XVIIIe-XXe siècles), Treilles, 1989 (texto gentilmente cedido pela autora).

NUNES, Ana Bela, MATA, M. Eugénia, e VALÉRIO, Nuno, «Portuguese Economie Growth 1833-1985», in *The Journal of European Economie History*, vol. 18, n.⁹2, 1989.

SOUSA, Rita, «Money Supply in Portugal: 1835-1891», comunicação ao 3.⁹ Seminário Europeu de Doutorandos em História Económica e Social, Odense, 1991.

VALÉRIO, Nuno, «As finanças públicas portuguesas entre as duas guerras mundiais», dissertação de doutoramento apresentada no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1982.

-- *A Moeda em Portugal, 1913-1947*, Sá da Costa, Lisboa, 1983.

-- «Aspectos das finanças públicas portuguesas: 1913-1983», in *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia: 1926-1959*, vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987.

-- «Periodização da história monetária de Portugal», comunicação apresentada no 13.⁹ Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Porto, 1992.